



Aumenta a pena do crime de falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios.

JUSTIFICAÇÃO

A pena de falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios é ínfima sendo insuficientes para desencorajar o delito.

O delito de falsificação de produtos alimentícios está previsto no artigo 272 do Código Penal, que descreve a conduta criminosa como crime o ato de corromper, adulterar, ou falsificar produtos alimentícios em geral, como comidas ou bebidas, com teor alcoólico ou não, de modo que venha trazer riscos à saúde das pessoas ou que os produtos tenham seus valores nutritivos diminuídos.

A Constituição Federal, no Capítulo I dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, art. 5º, inciso XXXII, dispondo que:

“XXXII – o Estado promoverá, na forma, da lei a defesa do consumidor;”

Entendemos que o crime de falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substâncias ou de produtos alimentícios precisa ter uma pena mais rigorosa, o que acreditamos que estaremos ajudando a diminuir os casos de crime contra a saúde pública.

Para tanto, propomos o aumento da pena do crime, mantendo todos os tipos atuais, somente alterando o *quantum* da privação de liberdade.

Por todo o exposto, conclamamos os Nobres Pares a aprovarem esta proposição.

Sala das Sessões, de de 2017.

Deputado Federal VITOR VALIM